

Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável ao projeto e à emenda nº 1. Aprovado como parecer o voto do relator. Votou contrariamente ao voto do relator o Deputado Ricardo Mellão. Item 2 - Projeto de lei nº 814/2017, de autoria do Deputado Teonílio Barba, que dispõe sobre sistema de emergência em banheiros para deficientes e pessoas com mobilidade reduzida, em caso de acidente ou incidente. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável, na forma do substitutivo proposto pela CCJR – Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Aprovado como parecer o voto do relator. Votaram contrariamente ao voto do relator a Deputada Carla Morando e o Deputado Ricardo Mellão. Item 3 - Projeto de lei nº 866/2017, de autoria do Deputado Campos Machado, que institui o "Dia do Destaque do Carnaval de São Paulo". Foi relator o Deputado Roberto Engler com voto favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR. Para discutir, fez uso da palavra o Deputado Roberto Engler. Rejeitado o voto do Relator, e designado o Deputado Ricardo Mellão para redigir o vencedor. Votaram favoravelmente ao voto do Relator os Deputados Roberto Engler, Dirceu Dalben e Paulo Fiorilo. Encerrada a votação deste item, o Deputado Dirceu Dalben declarou que, como não há possibilidade de alterar seu voto, gostaria de apenas deixar registrado que queria ter votado contrariamente ao voto do Relator. Item 4 - Projeto de lei nº 30/2018, de autoria do Deputado Luiz Turco, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com graus de instrução iguais ou equivalentes, das empresas que forem contratadas pelo Poder Público Estadual. Foi relator o Deputado Ricardo Mellão com voto contrário ao PL 30/18 e ao PL 77/18. Para discutir, fizeram uso da palavra os Deputados Ricardo Mellão, Paulo Fiorilo, Roberto Engler e a Deputada Carla Morando. Rejeitado o voto do Relator, e designado o Deputado Roberto Engler para redigir o vencedor. Votaram favoravelmente ao voto do Relator os Deputados Castello Branco e Ricardo Mellão. Item 5 - Projeto de resolução nº 8/2009, de autoria do Deputado Conte Lopes, que dispõe sobre a criação de um bicicletário em espaço próprio nas dependências da Assembleia Legislativa. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável ao PR 8/09 e ao PR 5/12. Concedida vista ao Deputado Ricardo Mellão. Item 6 - Projeto de resolução nº 11/2019, de autoria da Mesa, que institui regras para a utilização do Auxílio Encargos Gerais na locação de automóveis de representação parlamentar e altera as Resoluções nº 783, de 1º de julho de 1997 e nº 822, de 14 de dezembro de 2001. Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto favorável ao PR e contrário às emendas de nºs 1 a 6. Concedida vista conjunta à Deputada Carla Morando e ao Deputado Ricardo Mellão. Item 7 - Projeto de lei nº 1614/2015, de autoria da Deputada Ana do Carmo, que institui o Plano Estadual de Controle e Construção de Equipamentos de Represamento de Água, Rejeitos Líquidos e Transportes dos Efluentes através de Dutos Fechados e Abertos. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR. Concedida vista conjunta à Deputada Carla Morando e ao Deputado Paulo Fiorilo. Item 8 - Projeto de lei nº 98/2016, de autoria da Deputada Ana do Carmo, que institui o Plano Estadual de Georreferenciamento das Áreas Desertificadas, das Ravinas e das Voçorocas no Estado. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 9 - Projeto de lei nº 115/2016, de autoria do Deputado Cezinha de Madureira, que classifica cidadões que poderão integrar o circuito do Turismo Religioso no Estado e dá outras providências. Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto favorável ao PL 115/16 e à emenda apresentada pela Comissão de Atividades Econômicas; e contrário ao PL 884/16. Concedida vista ao Deputado Paulo Fiorilo. Item 10 - Projeto de lei nº 130/2016, de autoria da Deputada Analice Fernandes e outros, que dispõe sobre diretrizes visando a promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Estado. Foi relatora a Deputada Carla Morando com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR. Concedida vista conjunta ao Deputado Paulo Fiorilo e ao Deputado Ricardo Mellão. Item 11 - Projeto de lei nº 158/2017, de autoria do Deputado Caio França, que institui a Política Estadual de Coleta, Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário. Foi relator o Deputado Roberto Engler com voto favorável. Concedida vista conjunta ao Deputado Ricardo Mellão e ao Deputado Roberto Engler. Item 12 - Projeto de lei nº 203/2017, de autoria do Deputado Caio França, que cria o sistema de ajuda de custo aos donatários dos cães e cavalos reformados da Polícia Militar do Estado. Foi relator o Deputado Dirceu Dalben com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Votaram contrariamente ao voto do Relator os Deputados Castello Branco e Ricardo Mellão. Item 13 - Projeto de lei nº 332/2017, de autoria da Deputada Clélia Gomes, que dispõe sobre o transporte de Agentes Penitenciários pelas empresas permissionárias de transporte coletivo de passageiros municipais e intermunicipais de forma gratuita. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável ao projeto, na forma do substitutivo proposto pela Comissão de Transportes e Comunicações e contrário à emenda proposta pela CCJR. Aprovado como parecer o voto do relator. Votaram contrariamente ao voto do Relator os Deputados Ricardo Mellão e Castello Branco e a Deputada Carla Morando. Item 14 - Projeto de lei nº 721/2017, de autoria da Deputada Beth Sáhão, que dispõe sobre a inclusão de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais públicos e conveniados que integram a rede pública estadual de saúde. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável. Concedida vista conjunta à Deputada Carla Morando e ao Deputado Paulo Fiorilo. Item 15 - Projeto de lei nº 871/2017, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, que institui a Política Estadual de Educação Inclusiva a alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos de Espectro Autista e de Altas Habilidades, na rede estadual de ensino. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Votaram contrariamente ao voto do Relator a Deputada Carla Morando e o Deputado Ricardo Mellão. Item 16 - Projeto de lei nº 1103/2017, de autoria do Deputado Caio França, que institui a Política Estadual de Crédito para Cooperativas e Associações especializadas em reciclagem de materiais obtidos no lixo ou em programas de coleta seletiva, em todos os estágios necessários para que cheguem desonerados às indústrias de reciclagem. Foi relator o Deputado Roberto Engler com voto favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Concedida vista conjunta ao Deputado Ricardo Mellão e ao Deputado Roberto Engler. Item 17 - Projeto de lei nº 11/2018, de autoria do Deputado Caio França, que dispõe sobre a ampliação do prazo de parcelamento do IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores no exercício vigente. Foi relator o Deputado Roberto Engler com voto favorável. Concedida vista conjunta ao Deputado Ricardo Mellão e ao Deputado Roberto Engler. Item 18 - Projeto de lei nº 132/2018, de autoria da Deputada Leci Brandão, que obriga os condomínios residenciais do Estado a reservar vagas em seus estacionamentos internos e externos aos deficientes físicos que apresentem limitação de mobilidade. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Votou contrariamente ao voto do relator o Deputado Ricardo Mellão. Item 19 - Projeto de lei nº 289/2018, de autoria do Deputado Luiz Carlos Gondim, que dispõe sobre a implantação de horário de tempo integral para alunos autistas nas instituições de ensino do Estado e as mesmas estarem preparadas, dispondo de corpo docente qualificado e com treinamento em métodos eficazes de ensino para tal. Voto vencedor favorável, para ciência. Concedida vista conjunta ao Deputado Castello Branco e ao Deputado Ricardo Mellão. Item 20 - Projeto de lei nº 444/2018, de autoria da Deputada Rita Passos, que institui a campanha de esclarecimento e divulgação sobre o Serviço Disque 100, de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Foi relator o Deputado Alex de Madureira com voto favorável ao projeto e à emenda da

CCJR. Aprovado como parecer o voto do relator. Votou contrariamente ao voto do relator o Deputado Ricardo Mellão. Item 21 - Projeto de lei nº 459/2018, de autoria do Deputado Rogério Nogueira, que dispõe sobre a cobrança nas praças de pedágio aos usuários do sistema de "pedágio automático" - Sem Parar/ Via Fácil, Ponto a Ponto, Connectar, Auto Expresso, DBTRANS, entre outros, condicionada exclusivamente à operação de portões e/ou sensores eletrônicos, nas rodovias estaduais. Foi relator o Deputado Estevam Galvão com voto favorável. Concedida vista conjunta ao Deputado Ricardo Mellão e ao Deputado Roberto Engler. Item 23 - Projeto de lei nº 567/2018, de autoria do Deputado Fernando Cury, que dispõe sobre os preços que serão estabelecidos pelos Centros de Formação de Condutores do Estado quanto ao oferecimento de seus serviços. Foi relator o Deputado Roberto Engler com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Ricardo Mellão. Item 24 - Projeto de lei nº 457/2019, de autoria do Deputado Rafa Zimbaldi, que dispõe sobre espaços destinados à colocação de caixas coletoras de cupons ou notas fiscais de créditos do Programa Nota Fiscal Paulista em estabelecimentos que comercializam produtos ou serviços para animais. Foi relator o Deputado Roberto Engler com voto favorável. Concedida vista conjunta ao Deputado Ricardo Mellão e ao Deputado Roberto Engler. Item 25 - Requerimento CFOP nº 8/19, do Deputado Paulo Fiorilo, para convite ao Coordenador da Administração Tributária da Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento, Senhor Gustavo de Magalhães Gaudie Ley, "com o objetivo de prestar informações detalhadas sobre as renúncias de receita relacionadas ao Governo de São Paulo, principalmente em relação às alegações, por parte da Secretaria, de sigilo fiscal e à concessão de benefícios por meio de decretos". Vistas concedidas: em 7/8/19 DO e TB; em 14/8/19 MF; em 28/8/19 CM; em 4/9/19 WM; em 10/9/19 EG e em 17/9/19 AM. Item 26 - Requerimento CFOP nº 9/19, do Deputado Paulo Fiorilo, para convite ao Procurador do Ministério Público de Contas do Estado, Senhor Rafael Neubern Demarchi Costa, "com o objetivo de prestar informações detalhadas sobre as renúncias de receita do Governo entre 2015 e o momento atual". Vistas concedidas: em 7/8/19 DO e TB; em 14/8/19 MF; em 28/8/19 CM; em 4/9/19 WM; em 10/9/19 EG e em 17/9/19 AM. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Sonia Maria Oliveira, Assessora Técnica, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 17/9/19 – 12ª extra.

Deputado Wellington Moura
Presidente
Sonia Maria Oliveira
Secretária

Debates

20 DE SETEMBRO DE 2019
108ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e LECI BRANDÃO
Secretaria: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LECI BRANDÃO

Informa que ontem foi realizada, nesta Casa, no auditório Franco Montoro, audiência pública da Frente Nacional contra a Privatização. Lembra que é coordenadora da Frente Parlamentar sobre Privatização em Defesa do Patrimônio e do Serviço Público de Qualidade. Comunica que foi homenageada e recebeu o título de cidadã no município de Araraquara, por iniciativa do vereador Edson Hel. Comemora sanção da Lei 17.157/19, de sua autoria, que pune administrativamente a discriminação religiosa.

3 - CARLOS GIANNAZI

Cumprimenta a deputada Leci Brandão pela sanção da Lei 17.157/19, e pelo título de cidadã araraquarense. Informa que hoje deverá participar da Greve Global pelo Clima, na Avenida Paulista, em São Paulo. Denuncia a CPTM por obrigar seus segurancas a exercerem funções policiais, que não estão nas suas atribuições, o que considera desvio de função. Apresenta fotos de manifestações dos segurancas da CPTM.

4 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

5 - MARCIO DA FARMÁCIA

Para comunicação, anuncia a presença de delegação da província de Ningxia, na China, com a presença de seu vice-governador, Sr. Zhang Chaochao. Destaca a importância de aliança entre o Brasil e a China.

6 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Cumprimenta a delegação da China, presente nesta Casa a convite do deputado Marcio da Farmácia.

7 - CORONEL TELHADA

Parabeniza as cidades aniversariantes Ipaussú e Itapeva. Comunica a morte do 2º sargento da PM Alexandre Balbino Silva, em Resende, morto em tiroteio, e do policial militar Leonardo Oliveira dos Santos, baleado com tiro na cabeça, em Niterói, no Rio de Janeiro. Pede legislação penal mais severa.

8 - GIL DINIZ

Crítica decisão do ministro Marco Aurélio de Mello, do STF, em conceder habeas corpus a Odemir Francisco dos Santos, conhecido como Branco. Manifesta-se contrariamente a comunicado da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, que considerou terem ocorrido excessos da Polícia Militar em ocorrência na região de Guararema, São Paulo, a fim de impedir ação de quadrilha que planejava atacar caixas eletrônicos. Condena proibição de música cantada por policiais militares a respeito desta ação policial, que deixou onze mortos.

9 - CARLOS GIANNAZI

Convida seus colegas a participarem de audiência pública, a ser realizada no dia 30/09, às 19 horas, no plenário José Bonifácio, nesta Casa, contrária ao PL 899/19, que propõe a diminuição do valor de precatórios. Considera a matéria legislativa inconstitucional. Informa a presença, nesta audiência, de sindicatos e associações de servidores. Elogia a atuação do deputado Coronel Telhada contra a aprovação do PL 899/19.

10 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, lembra que, caso estivesse vivo, o brigadeiro marechal-do-ar Eduardo Gomes, patrono das Forças Aéreas, estaria completando 123 anos. Lê frase da autoridade a respeito da defesa da democracia. Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Anota o pedido.

12 - GIL DINIZ

Para comunicação, presta solidariedade ao professor de geografia Luís Marcos Notario, que recebeu facada em CEU no Jardim Aricanduva. Lembra que foi aluno da vítima.

13 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

14 - LECI BRANDÃO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 23/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20 horas, para "Celebrar os 50 anos da fundação do Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Torcida Jovem, de Santos". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida a nobre deputada Leci Brandão para ler a resenha do expediente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, temos aqui uma indicação do deputado Rafa Zimbaldi pedindo a liberação de recursos financeiros, objetivando a disponibilização do curso superior de tecnologia em manutenção náutica na Fatec do município de São Sebastião.

E também do nobre deputado Jorge Caruso, pedindo a liberação de recursos para custeio da Santa Casa de Aparecida, no município de Aparecida. Lida a resenha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada. Vamos, portanto, para o Pequeno Expediente. Quarenta e dois deputados inscritos. Primeira deputada: Delegada Graciela. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Márcia Lula Lia. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguiz. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Na Presidência.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Exmo. Sr. Presidente Coronel Telhada, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, deputado Carlos Giannazi, nossos assessores da Casa, pessoas que estão na galeria e público que nos assiste pela nossa TV Aleesp. Sr. Presidente, ontem foi realizada, nesta Casa, no auditório Franco Montoro, audiência pública da Frente Nacional Contra a Privatização.

Nós ficamos muito felizes porque houve uma lotação esplêndida lá no auditório, muitas coisas foram discutidas. E a gente, na condição de coordenadora da Frente Parlamentar Sobre Privatização em Defesa do Patrimônio e do Serviço Público de Qualidade, nós dissemos que aquilo ali não era nem uma audiência, mas, sim, um movimento de resistência.

São os trabalhadores que estão na iminência de perder seus empregos, enfim, e outros, também, que já perderam. E, a gente tem que estar aqui nesta Casa lutando contra essa privatização.

Eu chamei de resistência porque eu acho que a defesa da soberania nacional e popular, a defesa do emprego, e ficar sempre contra a destruição e a entrega a essas grandes corporações, do patrimônio do povo, ameaçado com a política que está por aí.

Na ocasião eu disse que todo mundo sabe que quando uma coisa pública vai ser privatizada, a gente sabe que vai ficar pior, e que as pessoas menos favorecidas também vão perder muito com isso.

Eu reafirmo tudo o que disse ontem. E, também quero registrar que ontem eu tive o grande prazer de receber, da cidade de Araraquara, o título de cidadã. Estava lá o prefeito e também o vereador Edson Hel.

Ele é um vereador que pertence ao PPS. Todo mundo sabe que a gente é do PCdoB. É por isso que eu sempre digo aqui que essa coisa de sigla partidária não vale muito. O que vale são as pessoas.

Ele é um homem branco, de olho claro, entendeu? De um outro partido, e nos deu esse título. Tinha a presença lá da Márcia Lula Lia, o Edinho, também, prefeito da cidade, estava presente, e o presidente da Câmara.

Enfim, foi uma sessão muito bonita. Eu fiquei extremamente emocionada, porque foi apresentado lá um vídeo em que apareceram coisas da minha vida que nem eu tenho em vídeo.

E eu quero agradecer, mais uma vez, a cidade de Araraquara pela homenagem.

E, hoje, eu também tive ciência, Sr. Presidente, que o nosso projeto, que teve tanta confusão aqui, o Projeto de lei 226, de 2017, foi sancionado pelo governador em exercício, Cauê Macris.

Ele, agora, é a Lei 17.157, de 2019. Foi publicado, hoje, no "Diário Oficial", graças a Deus, e diz o seguinte: "Pune administrativamente a prática por discriminação religiosa."

E eu quero deixar bem claro que não é a discriminação religiosa só sobre as religiões de matriz africana, como muitos entenderam. Muito pelo contrário: é a discriminação religiosa contra qualquer credo, qualquer religião.

Portanto, está todo mundo blindado sobre a questão de preconceito contra a sua religião porque terá uma pena, penalidade administrativa. Ninguém vai para a cadeia, ninguém vai para a cela. Não é nada disso.

É uma coisa simples, mas é uma coisa correta. Você não pode prejudicar ninguém, nem ofender ninguém, por causa da religião daquela pessoa.

Então, hoje eu estou aqui de branco, como toda sexta-feira. Mas estou muito feliz. Muito feliz porque tive duas situações na minha vida, ontem e hoje, que me deixam bastante grata e bastante grata também ao espírito da dona Leci de Assunção Brandão, que tenho certeza que está atuando para mim, aqui na Terra.

É como o senhor disse, Coronel: a vida segue e a gente, às vezes, tem até mais luz aqui na Terra com algumas coisas que acontecem que deixam a gente triste.

Quero agradecer, aproveitar, também, para agradecer a todos os deputados e deputadas que ajudaram para que o nosso projeto chegasse na sanção do Governo. Todo mundo me ajudou, inclusive quem não votou, quem foi contra, mas me deu quórum.

E a gente tem que dizer para todos os 93 deputados aí: muito obrigada, obrigada, mesmo. A gente fica feliz, e deseja para vocês muita paz, saúde e prosperidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada. Parabéns pelo título de cidadã araraquarense.

Próximo deputado é o deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Cezar. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputado Ed Thomas. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Lula da Silva. (Pausa.) Deputada Beth Lula Sáhão. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a deputada Leci Brandão. Primeiro, pela sanção da lei. Parabéns, deputada Leci Brandão. Uma lei importante, uma lei estratégica que V. Exa. aprovou, aqui no plenário, com muita luta, através da sua militância aqui, que ajuda a combater a intolerância religiosa no estado de São Paulo. É uma conquista importante e inédita no nosso estado.

Parabéns também pelo título de cidadã que V. Exa. recebeu em Araraquara, e pela realização da audiência pública ontem, contra o desmonte do estado, contra as privatizações, as terceirizações que o Brasil vem fazendo. Eu sei que era uma atividade nacional.

- Assume a Presidência a Sra. Leci Brandão.

Gostaria de dizer também, Sra. Presidente, deputada Leci Brandão, presidente agora, e Coronel Telhada, de daqui a pouco eu vou me dirigir à Avenida Paulista. Haverá um grande ato, uma grande manifestação chamada de Greve Global pelo Clima. É uma manifestação, na verdade, internacional. Eu convidei todos a irem para lá porque é um momento importante, de resistência aos ataques que nós estamos vivendo no mundo todo, mas, sobretudo, no Brasil, de destruição da natureza, do meio ambiente, da Amazônia.

O governo Bolsonaro vem patrocinando, afrouxando a fiscalização no Ibama e em outros órgãos que fiscalizam a devastação do meio ambiente em todo território nacional. Então, nós estaremos lá, junto com estudantes, crianças, donas de casa, universitários. Enfim, haverá uma grande mobilização dentro de alguns instantes.

Gostaria ainda, Sr. Presidente... Eu tenho um assunto aqui muito grave para denunciar, em relação à CPTM. Nós recebemos várias reclamações de trabalhadores da CPTM, trabalhadores da segurança. Inclusive, do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Ferroviária de São Paulo, que nos trouxe aqui uma denúncia gravíssima, que diz o seguinte: que os segurancas, os trabalhadores de segurança são obrigados a afrontar a legislação federal no seu trabalho, exercendo uma função de polícia, que eles não têm, jogando, na verdade, na prática, trabalhadores da Segurança contra trabalhadores informais, que trabalham nos trens, vendendo alguma coisa.

Isso tem aumentado muito por conta da crise que nós estamos vivendo, de desemprego, que só cresce neste país, porque o Brasil está sem rumo, está totalmente à deriva. A economia não cresce, o governo não tem nenhum projeto para tirar o Brasil dessa situação, só reformas, e reformas contra o povo brasileiro, retirando direitos e precarizando o mundo do trabalho, e aí esses trabalhadores são obrigados a exercerem um papel que não é deles, que é um papel de polícia.

Eu tenho aqui documentos do sindicato, Sr. Presidente, inclusive, que eu gostaria que depois fossem publicados na íntegra, dando conta, mostrando com detalhes, o que a CPTM vem fazendo com esses trabalhadores de Segurança, obrigando trabalhadores a não usar o uniforme durante o trabalho, a fazer apreensão de mercadorias, o que é proibido por lei.

Enfim, eu tenho aqui um documento dando conta de todas essas irregularidades. Então, gostaria que a CPTM tomasse providências. Eu quero que seja feita a publicação aqui, que o governo estadual faça uma intervenção nisso, e até mesmo a Polícia Federal, porque tem legislação da própria Polícia Federal proibindo esse tipo de trabalho de segurancas da CPTM, seja segurancas de empresas terceirizadas ou mesmo aqueles contratados diretamente pela CPTM.

Então, Sra. Presidente, deputada Leci Brandão, eu solicito que cópias do documento que eu tenho em mãos sejam publicadas no Diário Oficial, para que toda a população tenha acesso a isso, e ainda peço que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas à direção, para o presidente da CPTM, e também para o secretário de Transportes do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Deputado, esta Presidência recebe o documento de V. Exa. e encaminhará à publicação, após o seu exame, nos termos do Art. 18, Inciso V, do Regimento Interno.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só mais um segundinho, deputada Leci Brandão. Eu tenho umas fotos aqui. Houve uma manifestação, eu gostaria de colocar as fotos aqui. Eu pediria só dois segundos. É uma manifestação desses segurancas de uma das estações da CPTM, porque a situação é muito grave. Os trabalhadores da segurança da CPTM estão mobilizados nesse sentido, porque eles não querem cumprir um papel que não é deles; é desvio de função. Então, manifestações são feitas para pressionar a CPTM a resolver essa situação.

Muito obrigado, deputada Leci Brandão.

- É inserido texto não lido em plenário.

Caso vigilante CPTM – Denúncia

Os funcionários de segurança da CPTM sofrem com a guerra estabelecida entre vigilantes e ambulantes nos trens e estações. Todo mês há notícias reportando episódios de violência em que os vigilantes ficam gravemente feridos ou morrem (como foi o caso do vigilante Salatiel Gomes na linha 7 rubi). Esse embate ocorre pois a empresa de segurança da CPTM orienta os vigilantes a abordar e prender a mercadoria dos comerciantes ilegais, sendo que essa função não lhes é direcionada por lei (verificar parecer da polícia federal em anexo, questão 5).

É de conhecimento público que a CPTM gasta milhões com contratos de segurança terceirizada! Esse tipo de serviço é regido pela LEI No 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983 (http://awmwww.planalto.gov.br/ccivil/03/LEIS/L7102.htm) e Portaria 3233 da Polícia Federal.

Preocupado com a crescente violência no sistema, o Sindicato dos trabalhadores em empresas ferroviárias de São Paulo solicitou parecer da Polícia Federal sobre as atividades desempenhadas pelo quadro de segurança da CPTM. O parecer demonstrou que 90% das atividades exercidas por eles estão à margem da lei.

Anexos

1 - Notificação do Sindicato - Suspensão dos serviços ilegais dos agentes de segurança e vigilantes, tais como apreensão de mercadoria comercializada irregularmente no interior dos trens e estações e demais atividades sem previsão legal. (Página 18 até 20 tem questões respondidas sobre abordar, revistar e apreender mercadorias).

2 - Vídeo: Entrevista do Secretário de Transportes Metropolitanos (Agosto 2019)

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo

Ilmo. Sr.Paulo Cornélio CaetanoAnalista de TransportesCo-

ordenador de Segurança das Linhas 7 e 10 da CPTM

Ilmo. Sr.João Sérgio MascarenhasAnalista de Transportes-

Coordenador de Segurança da Linha 9 da CPTM

Ilmo. Sr.Adalberto Damasceno de SouzaAnalista de Trans-

portesCoordenador de Segurança da Linha 8 da CPTM

Ilmo. Sr.Mario Augusto Pacheco de BarrosAnalista de Trans-

portesCoordenador de Segurança das Linhas 12 e 13 da CPTM

Ilmo. Sr.Odair Aparecido AlbertoAnalista de TransportesCo-

ordenador de Segurança da Linha 11 da CPTM

Notificação: suspensão dos serviços ilegais dos agentes

de segurança e vigilantes, tais como apreensão de mercadoria

comercializada irregularmente no interior dos trens e estações e

demais atividades sem previsão legal.